EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

O PAPEL DA INTERSETORIALIDADE NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS[[1]](#footnote-1)

**Karen Lili Fechner[[2]](#footnote-2)**

**Argos Gumbowsky[[3]](#footnote-3)**

**Resumo**

No contexto das políticas públicas, a intersetorialidade envolve a cooperação entre diferentes órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, e outros atores, a fim de promover uma abordagem integrada na resolução de problemas nas áreas, da saúde, educação e assistência social. O objetivo do estudo foi investigar os fatores que interferem na articulação do trabalho intersetorial entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social dos municípios do Planalto Norte Catarinense na implementação das políticas públicas. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental, campo, descritiva e qualiquantitativa. Foram pesquisados 13 municípios. A população foi representada por 75 gestores e executores das políticas sociais de saúde, educação e assistência social do Planalto Norte Catarinense. Ao longo da análise dos resultados, ficou evidente que a articulação entre as áreas de saúde, educação e assistência social é fundamental para promover um desenvolvimento regional mais sustentável e inclusivo.

**Palavras-chave:** Intersetorialidade; Políticas públicas; Desenvolvimento regional.

EDUCATION, HEALTH AND SOCIAL ASSISTANCE:

THE ROLE OF INTERSECTORALITY IN PROMOTING PUBLIC POLICIES

**Abstract**

In the context of public policies, intersectorality involves cooperation between different government bodies, civil society organizations, and other actors, in order to promote an integrated approach to solving problems in the areas of health, education and social assistance. The objective of the study was to investigate the factors that interfere in the articulation of intersectoral work between the Departments of Education, Health and Social Assistance of the municipalities of Planalto Norte Catarinense in the implementation of public policies. The research is characterized as bibliographic, documentary, field, descriptive and qualitative-quantitative. 13 municipalities were surveyed. The population was represented by 75 managers and executors of social health, education and social assistance policies in Planalto Norte Catarinense. Throughout the analysis of the results, it became clear that the coordination between the areas of health, education and social assistance is fundamental to promoting more sustainable and inclusive regional development.

**Keywords:** Intersectorality; Public policies; Regional development.

1. Introdução

A atividade econômica e a presença qualificada e organizada do Estado em um território são importantes impulsionadores do desenvolvimento de uma região. A atuação do Estado nesse contexto visa atender às demandas dos cidadãos e garantir a efetivação de seus direitos, tornando-se uma peça essencial na promoção do bem-estar e da justiça social. As políticas públicas, por sua vez, são concebidas com a finalidade de se tornarem instrumentos eficazes na concretização dos direitos estabelecidos constitucional e legalmente. Assim, a articulação entre a dinâmica econômica, a atuação estatal e a formulação de políticas públicas assumem um papel central na busca por um desenvolvimento regional sustentável e equitativo.

É por meio das políticas que o Estado assume o compromisso de proteger e promover os direitos básicos de seus cidadãos, reconhecendo que o acesso a condições dignas de vida é fundamental para o exercício pleno da cidadania. Além disso, as políticas públicas funcionam como mecanismos de redistribuição de recursos e oportunidades, visando reduzir disparidades socioeconômicas e fortalecer a coesão social. Nesse sentido, a efetivação dos direitos sociais, por meio das políticas públicas, não apenas atende às necessidades imediatas da população, mas também contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária. Assim, fica evidente a centralidade das políticas públicas na concretização dos direitos fundamentais e na promoção do bem-estar social, refletindo o compromisso do Estado com o respeito à dignidade humana e a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Já quando se pensa em intersetorialidade, vem em mente também a forma mais comum pela qual se refere a ela, sendo como trabalho em rede, a qual emergiu como uma nova concepção de gestão contrária à setorização e à especialização, propondo, por outro lado, integração, articulação dos saberes e dos serviços ou mesmo a formação de redes de parcerias entre os sujeitos coletivos no atendimento às demandas dos cidadãos.

Trazendo a análise para o âmbito da intersetorialidade, entre educação, saúde e assistência social, para entender sua relação com o desenvolvimento regional, cabe ressaltar que, por meio do processo de descentralização, utilizado por gestores municipais, estabeleceu-se uma estrutura de articulação e conexão entre as ações intersetoriais no âmbito da gestão das políticas sociais. Essa estrutura, que é representada pela palavra ´rede´, implica vínculos, ações complementares e relações horizontais entre parceiros, visando à interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos. A própria Seguridade Social, por exemplo, está calcada no tripé saúde, previdência e assistência social. Refere-se a um conjunto de políticas e programas que buscam proteger e promover o bem-estar social das pessoas, garantindo o acesso a serviços e benefícios que abrangem áreas como saúde, assistência social e previdência. Ela é fundamental para a proteção das pessoas contra riscos e vulnerabilidades, como doenças, invalidez, desemprego, pobreza e exclusão social.

Também, contribui para o fortalecimento dos serviços públicos, a saúde, educação e a assistência social, ao fornecer recursos financeiros e apoio para sua implementação e aprimoramento. A integração entre esses setores permite uma maior eficiência na entrega de serviços e uma resposta mais abrangente às necessidades da população, contribuindo para o desenvolvimento regional. Ainda, por meio de políticas de educação e saúde, contribui para a promoção do capital humano em uma região. Ao garantir acesso a uma educação de qualidade e aos serviços de saúde adequados, a seguridade social capacita as pessoas, promove o desenvolvimento de suas habilidades e conhecimentos, e melhora sua qualidade de vida. Isso fortalece a força de trabalho regional, impulsiona a produtividade e contribui para o crescimento econômico sustentável. Então, não haverá seguridade, ou segurança, se o paradigma da fragmentação não for superado.

Os gestores municipais precisam reconhecer que a saúde desempenha um papel importante na redução das desigualdades sociais e econômicas. Sendo assim, devem proporcionar o acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade, o que é essencial para garantir que todas as pessoas, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham oportunidades iguais de alcançar uma vida saudável.

Quanto ao seu objetivo, o estudo propôs-se a investigar os fatores que interferem na articulação do trabalho intersetorial entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social dos municípios do Planalto Norte Catarinense na implementação das políticas públicas.

Estruturalmente o artigo tem início nessa introdução, sendo seguida pela revisão da literatura, onde aborda aspectos das Políticas Públicas, da Intersetorialidade e como ela deve acontecer na educação, saúde e assistência social. Por fim, abordou-se a questão do Desenvolvimento Regional. Na sequencia apresneta-se aspectos da metodologia da pesquisa, sguido de alguns dos principais resultados obtidos. Por fins as considerações finais.

1. Referencial teórico

No final do século XX, houve um avanço significativo do Estado na construção do bem-estar social do cidadão. Esse período foi marcado pela transformação significativa na percepção do Estado em relação às suas responsabilidades para com os cidadãos, especialmente em decorrência das intensas lutas e pressões provenientes de diversos setores da sociedade, que obrigaram o Estado a ampliar seu compromisso, incorporando direitos sociais como parte essencial de sua atuação, visando preservar sua legitimidade diante das demandas da sociedade. Esse contexto de demandas crescentes impulsionou a formulação e implementação de diversas políticas públicas, caracterizadas pela amplitude de suas dimensões, com o propósito claro de alcançar cada cidadão e satisfazer suas necessidades.

Com base em estudos de Teixeira (2002), quando se trata das questões referentes às dimensões das políticas públicas, alguns aspectos precisam ser levados em consideração. De acordo com o autor, esses são os elementos que aparecem quando a sociedade civil é convocada para participar da construção das mesmas:

Identidade – iniciativas de proposições para responder questões constituem um elemento importante no processo de formação de identidade coletiva dos atores sociais. Plataformas Políticas – as políticas públicas expressam o sentido do desenvolvimento histórico-social dos atores sociais na disputa para construir a hegemonia; refletem, pois, as concepções que têm do papel do Estado e da sociedade civil, constituindo programas de ações que respondem as suas carências e demandas.

Mediações Institucionais – as políticas públicas traduzem mediações entre interesses e valores dos diversos atores que se defrontam em espaços públicos para negociar soluções para o conjunto da sociedade ou determinados grupos sociais.

Dimensão Estratégica – as políticas públicas diretamente ligadas ao modelo econômico e à constituição de fundos públicos assumem aspecto estratégico, quando se constituem referência e base para a definição de outras políticas ou programas em determinadas áreas. As opções estratégicas devem considerar, ao mesmo tempo, as inovações tecnológicas e a reestruturação produtiva e os seus efeitos sobre o emprego e o agravamento das desigualdades sociais, buscando-se alternativas que redirecionem o emprego não apenas da forma compensatória que torna seus beneficiários meros objetos da assistência, mas que os tornem cidadãos ativos, contribuindo, através de novas formas de inserção social, para o desenvolvimento da sociedade (Teixeira, 2002, p. 4-5).

Tem-se conhecimento de que há na sociedade civil uma diversidade de interesses e de visões que precisam ser debatidas, muitas vezes confrontadas e negociadas. A complexidade da sociedade exige que todas as políticas públicas sejam implementadas para que possam atingir um número cada vez maior de cidadãos e, a eles, proporcionar o bem-estar. Na Figura 1 se observa o ciclo de representação das políticas públicas.

##### Figura 1 – Representação do processo de políticas públicas

Diagrama

Descrição gerada automaticamente

Fonte: Adaptado de Spicker (2014), citado por Gianezini *et al*., (2017).

Fazendo uma análise desses sete estágios do ciclo de política pública, conforme esquematizado por Paul Spicker (2014), observa-se que eles abrangem o processo de elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. Inicia-se por uma avaliação do ambiente, nas quais ocorre a análise do ambiente em que a política será implementada. Isso envolve a identificação e avaliação de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que podem influenciar a eficácia e a relevância da política proposta.

Com base na avaliação do ambiente, são identificados os objetivos específicos que a política pública pretende alcançar. Esses objetivos são as metas desejadas que orientarão o desenvolvimento e a implementação da política. Em seguida, devem ser exploradas diversas abordagens e métodos alternativos para atingir os objetivos estabelecidos. Diferentes estratégias são avaliadas, levando em conta seus prós e contras, custos, benefícios e viabilidade.

Antes de decidir sobre uma abordagem específica, devem ser examinadas as possíveis consequências, tanto positivas quanto negativas, de cada opção. Isso inclui a previsão de impactos sociais, econômicos, ambientais e outros. Com base na análise das alternativas e de suas consequências potenciais, são selecionados os métodos e estratégias mais adequados para atingir os objetivos da política pública. Essa etapa envolve a tomada de decisões fundamentadas.

Por fim, a política pública é colocada em prática. Recursos são alocados, atividades são iniciadas e as medidas delineadas são implementadas. Essa fase envolve a coordenação efetiva de esforços para garantir a execução bem-sucedida da política. Após a implementação, é essencial realizar uma avaliação crítica dos resultados alcançados em relação aos objetivos estabelecidos. Essa fase é a de reavaliação e permite ajustar a política conforme necessário, aprender com experiências passadas e melhorar futuras iniciativas. Esses sete estágios compõem um ciclo iterativo, sugerindo que a reavaliação constante e a adaptação são fundamentais para o aprimoramento contínuo das políticas públicas ao longo do tempo.

Refletir sobre as dinâmicas das políticas públicas revela a intrincada rede de desafios e oportunidades que permeiam a busca por soluções eficazes em áreas vitais como educação, saúde, gênero, terceira idade, desenvolvimento local, geração de emprego e renda, entre outras questões. O aprofundamento nesse panorama não apenas enriquece a compreensão individual de cada setor, mas também destaca a interconexão entre eles e a necessidade premente de abordagens mais amplas e integradas. À medida que se analisa os desdobramentos e implicações dessas políticas na vida das pessoas, torna-se claro que a efetividade das ações governamentais vai além dos limites tradicionalmente delineados por áreas específicas.

Na sequencia discute-se a intersetorialidade em sua aplicação prática nos âmbitos da educação, saúde e assistência social, explorando como essa abordagem inovadora pode transformar efetivamente o cenário político.

Em Pereira (2010), o conceito de intersetorialidade está relacionado à articulação de saberes e experiências, no que diz respeito ao processo de gerenciamento do poder público ao dar respostas aos assuntos que são do interesse do cidadão. Nessa perspectiva, ela é considerada como um modelo de gestão cujo objetivo é romper com a fragmentação nas políticas sociais, trazendo maneiras novas de pensar e ofertar a prestação de serviços sociais. Tem a ver com a relação do Estado com os cidadãos.

No mesmo pensamento de Pereira (2010), de que a intersetorialidade tem a ver com a maneira e formas que os serviços são ofertados, Junqueira (2005) a entende como uma concepção que deve informar uma maneira de planejar e executar a prestação de serviços. O que para o autor implica alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da ação governamental e dos seus interesses.

Mangueira (2016) simplifica mais o conceito de intersetorialidade ao dizer que ela significa obter princípios e articulações entre setores, entendendo o fazer a partir da ação coletiva de profissionais que participam de um mesmo espaço de trabalho. Para a autora, a intersetorialidade se resume na articulação entre os sujeitos e os diversos setores, mesmo que um domine o outro, enfrentam juntos a complexidade do serviço apresentado. Desta forma convém dizer que:

O horizonte da intersetorialidade das políticas públicas consubstancia-se na melhora das condições de vida da população, na utilização dos recursos (financeiros, materiais e humanos) e nos ganhos de escala e de resultados. Mas é preciso esclarecer que a intersetorialidade não pode ser vista como iniciativa individual de profissionais ou equipes, requer decisões institucionais e políticas nos níveis de planejamento e de execução que rompam com a cultura política da setorização que tem sido reforçada com as práticas de negociação de cargos entre partidos e parlamentares que apoiam determinadas gestões em nome da governabilidade, sem um programa de ação integrado (Wanderley; Martinelli; Paz, 2020, p. 9).

Pelos conceitos até aqui apresentados e com base na citação anterior, pode- se dizer que a intersetorialidade pode ser entendida como uma estratégia no plano das políticas, que consegue ser efetivada por meio da intervenção dos profissionais dos diversos setores. Ela também depende de amplo espectro de mudanças e no modo como o Estado trata e se relaciona com a sociedade civil.

Tem-se na intersetorialidade um processo que deve resultar em uma gestão integrada, que seja capaz de responder com eficácia alguns problemas da população de certo território (Junqueira, 2004b).

Há que existir parâmetros para que a intersetorialidade ocorra como de fato deve ser ou como os estudos dizem que ela deve ocorrer. A intersetorialidade envolve expectativas de união de forças para o enfrentamento dos problemas sociais. É na acumulação de forças e na possibilidade de enfrentamento e de resultados, até mesmo parciais, que ações mais amplas podem ser planejadas e desenvolvidas. O olhar e a articulação entre os setores proporcionam uma visibilidade maior e ampliação do entendimento do que fazer, para a resolução dos problemas e da existência de uma força motriz, para a implantação e execução de políticas públicas, pois como visto no tópico em que foi tratado de políticas públicas neste estudo, fica evidente quão importante é a ação de vários atores para que elas se concretizem.

Nesse contexto, a intersetorialidade emerge como um conceito vital e imperativo. Ela se revela como uma abordagem estratégica capaz de superar as barreiras setoriais, promovendo a convergência de esforços para enfrentar desafios complexos de maneira colaborativa. Ao compreender que as questões sociais, econômicas e culturais, muitas vezes, entrelaçam-se, reconhece-se a necessidade de uma ação governamental mais holística, que vá além de abordagens segmentadas. A intersetorialidade, portanto, não apenas sugere, mas exige uma cooperação coordenada entre diferentes áreas, reconhecendo que os problemas sociais frequentemente demandam soluções multifacetadas.

Ao discutir a necessidade de parâmetros para efetiva intersetorialidade, percebe-se que a aplicação desse conceito torna-se particularmente importante na esfera educacional. A educação, por sua natureza multidimensional, demanda uma abordagem interdisciplinar que vá além das fronteiras tradicionais do setor. Assim, se debruça sobre a intersetorialidade na educação, explorando como a colaboração entre os setores de saúde, assistência social e educação pode contribuir significativamente para o aprimoramento do sistema educacional.

Ao entender que a acumulação de forças e a união estratégica entre diferentes atores são elementos-chave para o enfrentamento dos desafios sociais, a análise específica do cenário educacional evidenciará como a intersetorialidade pode ser uma ferramenta eficaz para promover melhorias tangíveis na qualidade da educação e no desenvolvimento integral dos estudantes.

No processo educativo, a intersetorialidade exige a criação de espaços comunicativos, parcerias com a elaboração de projetos e programas que possam atender as necessidades urgentes para que o indivíduo possa estudar e ter qualidade em sua aprendizagem. Na educação, a intersetorialidade implica estar aberto para a aceitação daquele que é diferente, capacidades para mudar percepções, tendo em vista o fim último: a educação de qualidade.

No setor de saúde, a intersetorialidade também tem seu histórico baseado no entendimento de que a saúde é um direito fundamental do indivíduo, portanto, estão garantidos por meios de leis que reafirmam os direitos dos indivíduos nas políticas públicas do Estado. No setor da saúde, a intersetorialidade se dá por meio da prática de seus profissionais e as instituições nas quais trabalham precisam oferecer as condições laborais necessárias aos profissionais e garantir os direitos dos cidadãos.

Assim como acontece na área da saúde e na educação, a Política Nacional de Assistência Social, regulamentada pela Lei Federal n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social, assegura que as ações cotadas para esta área devem ser desenvolvidas de forma intersetorial, a fim de proporcionar que os usuários possam ser encaminhados, quando necessário, de maneira justa e com a certeza de que suas demandas serão atendidas, com status de cidadão. A história da intersetorialidade na área de assistência social relaciona-se com as leis que foram sendo implementadas ao longo dos tempos. Assim, estabelece a Política Nacional de Assistência Social (PNAS):

Os serviços, programas e projetos e benefícios de proteção social básica deverão se articular com as demais políticas públicas, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidades e a prevenir as situações que indicam risco potencial (Brasil, 2004, p. 34).

A literatura mostra que há uma certa dificuldade para a concretização da intersetorialidade na assistência social, mesmo já se tendo avançado bastante, conforme determina a legislação. A intersetorialidade deveria ser praticada em diversos setores, visto que a sua utilização agiliza os processos burocráticos, potencializando o resultado, que é o atendimento ideal para o cidadão e sua qualidade de vida

3 Metodologia

Para alcançar o objetivo da pesquisa lançou-se mão de um olhar que considerasse a realidade social. Isso implicou em reconhecer a estrutura normativa do Estado e a constituição do território, o que requereu uma pesquisa bibliográfica e documental. Durante a realização da pesquisa bibliográfica as principais base de dados consultadas foram: Google Acadêmico, Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), *Business Source Complete* (EBSCO), Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Utilizando a técnica da pesquisa documental, investigou-se os documentos oficiais que servem como guias e Planos Municipais de Saúde; de Educação, e Assistência Social.

Do ponto de vista dos objetivos da pesquisa classificou-se como exploratória e descritiva. Quanto à natureza dos dados, utilizou-se dos recursos da pesquisa qualiquantitativa. A definição dos sujeitos da pesquisa recaiu por profissionais que trabalham diretamente nas secretarias de educação, saúde e assistência social dos municípios do Planalto Norte Catarinense e respondem por cargo de chefia. O total de municípios pesquisados foi 13.

A escolha para identificar a opinião desses profissionais se deu por entender que são eles os receptores das demandas já problematizadas do trabalho intersetorial ou a falta delas em seus locais de trabalho.

A partir da população identificada aplicou-se cálculo amostral considerando a população de 219 pessoas, com erro amostral de 9,2% e margem de erro de 95%, obtendo-se a amostra de 75 pesquisados. Quanto à pesquisa de campo, recorreu-se ao questionário com perguntas estruturadas e semiestruturadas.

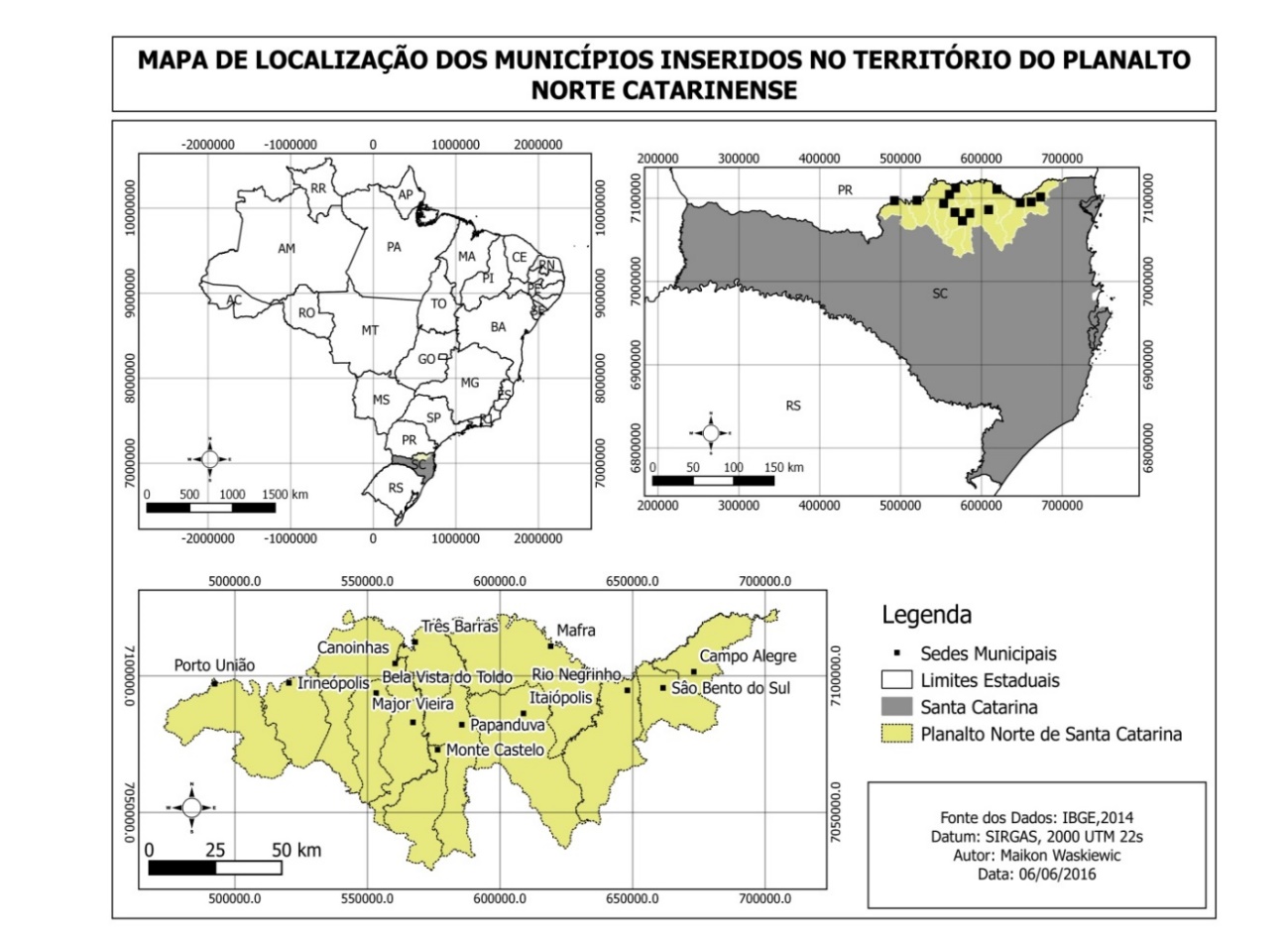
Utilizou-se do aplicativo de pesquisa *Google Forms*, com perguntas estruturadas e semiestruturadas, o que permitiu uma abordagem mais completa do tema em discussão.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

O Planalto Norte Catarinense é uma região localizada no estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, cujas características territoriais são peculiares ao restante do estado, sobretudo pela sua condição de riquezas naturais o que redundou num vasto empreendimento exploratório e dizimador de sua população originária. Ou seja, desde sua gênese é marcado por inúmeras contradições que marcaram sua composição. Segundo dados da Associação dos Municípios do Planalto Norte (Amplanorte, 2018), as atividades que são consideradas estratégicas neste território são: agricultura, pecuária e serviços relacionados: produção florestal, fabricação de produtos alimentícios, produtos derivados da madeira, celulose e papel, máquinas e equipamentos, de móveis e comércio varejista, ou seja, o extrativismo ainda marca a realidade socioeconômica desse território. Ele é composto por 13 municípios: Canoinhas, Mafra, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Campo Alegre, Três Barras, Monte Castelo, Papanduva, Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Itaiópolis e Porto União. Encerra em si um território que, dado o modelo colonizador migratório, contém atividades econômicas em comum o que requer estratégias particularizadas, mas que podem ser orientadas por modelo metodológicos em comum.

O número de equipamentos que ofertam os serviços de assistência social, educação e saúde pode ser assim resumido: 19 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); 5 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); 276 escolas municipais, 75 escolas estaduais, 124 postos de saúde e 12 hospitais. De acordo com o censo IBGE 2022 a população da região pesquisadas é de 380.576 habitantes.

##### Figura 2 – Mapa dos Municípios do Planalto Norte Catarinense



Fonte: Tomporoski e Marchesan (2016).

Essa região foi amplamente explorada devido à inserção do capital estrangeiro, notadamente pela *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, a maior serraria em operação na América do Sul durante o período de 1910-1940. Essa empresa explorou de forma implacável a exuberante Mata de Araucárias que predominava no território, deixando para trás apenas vestígios da formação original. Apesar do término das atividades operacionais da *Lumber Company*, o processo extrativista continuou no território, com a introdução, a partir da década de 1960, de espécies exóticas de árvores, como o *Pinus illiotti*. Uma das consequências atuais dessa predominância do processo extrativista é a crescente demanda por áreas de terra para reflorestamento, em detrimento da utilização do solo para diversificação da produção e desenvolvimento sustentável da região (Tomporoski; Marchesan, 2016).

Uma política pública bem-sucedida geralmente envolve a participação ativa dos cidadãos e a transparência nas decisões, para que a população possa entender, questionar e colaborar no processo. Dessa forma, no questionário foi perguntado aos entrevistados quais políticas públicas de âmbito municipal/estadual/federal são implementadas em seu município, por meio de ações intersetoriais, envolvendo a educação e/ou saúde e/ou assistência social? Foram obtidas apenas 48 respostas (64%) entre os 75 entrevistados do estudo.

As respostas dos entrevistados também fornecem ideias adicionais sobre as políticas e programas específicos que estão sendo implementados. Por exemplo, mencionam-se estratégias como Estratégia da saúde da família, saneamento básico, Cadastro Único, Busca Ativa, rede de proteção e campanhas de vacinação, que indicam um foco em questões de saúde pública e bem-estar social. Além disso, programas como Programa de Combate à Evasão Escolar, Programa Psicossocial para Crianças e Adolescentes e Programa de Erradicação de Trabalho Infantil destacam a preocupação com a educação, proteção e desenvolvimento infantil.

Quando perguntado aos profissionais quais as principais dificuldades que são encontradas para que aconteça a intersetorialidade em seus municípios, os relatos dos entrevistados explicitam que a comunicação, a burocracia e o trabalho fragmentado são os maiores impeditivos para que ocorra a intersetorialidade.

A falta de comunicação e colaboração entre os diferentes setores, que é uma das principais barreiras apontadas. A ausência de canais eficazes de comunicação e de uma cultura colaborativa dificulta a troca de informações, a coordenação de ações e o alinhamento de objetivos entre as áreas.

Da mesma forma, a falta de coordenação e articulação entre as secretarias é apontada como um obstáculo significativo. Isso pode resultar na fragmentação do atendimento à população e na duplicação de esforços, prejudicando a eficácia e a eficiência das políticas públicas.

Outro ponto levantado é a falta de entendimento sobre o papel de cada setor, bem como a ausência de uma visão sistêmica das questões sociais, o que dificulta a integração e a colaboração entre as secretarias. Portanto, é essencial que os profissionais compreendam a interdependência das políticas e a necessidade de uma abordagem holística para enfrentar os desafios sociais.

A falta de recursos financeiros e de profissionais capacitados também é apontada como uma dificuldade significativa. A escassez de recursos pode limitar a implementação de políticas intersetoriais e a capacidade das equipes em promover ações práticas e coordenadas.

A falta de tempo para realizar interações e o desafio de conciliar diferentes prioridades entre os setores também são mencionados como obstáculos. A sobrecarga de trabalho e a falta de foco nas questões intersetoriais podem dificultar a colaboração e a coordenação entre as secretarias.

Afinal, percebe-se que os entrevistados concebem a organização administrativa municipal segmentada e isso dificulta o trabalho intersetores. Conforme Junqueira (2004b) as demandas atuais exigem mudanças significativas na lógica da gestão, tanto das organizações públicas estatais, como das organizações sem fins lucrativos, integrando-as para atender os interesses coletivos.

Perante as respostas, mostra-se necessário um esforço adicional para promover e fortalecer a prática de planejamento integrado com outras políticas na região do Planalto Norte Catarinense. Isso pode ser alcançado por meio de iniciativas de capacitação, colaboração e comunicação entre os diversos setores, visando uma abordagem mais integrada e eficaz na formulação e implementação de políticas públicas para a região.

Os resultados apresentados mostram que a grande maioria dos entrevistados considera que em seus municípios a relação entre saúde, educação e assistência social ocorre em nível médio e pequeno. Isso demonstra que a intersetorialidade ainda não acontece de fato, apenas ações setorizadas são realizadas. Quando o desenvolvimento regional exige ir além do desenvolvimento setorial, isso requer uma abordagem maior de liderança dos protagonistas das políticas públicas sociais na área de saúde, assistência social e educação. Conforme Tânia Fischer (2002), o desenvolvimento, local ou regional, é a grande busca das organizações do Estado e da sociedade. Para a autora desenvolvimento pode ser entendido como: a melhoria contínua como pessoa; no contexto das organizações. Entende-se, assim, que é papel daqueles atores responsáveis pelas políticas públicas.

Por outro lado, a fragilidade dos municípios, aliada à má administração, é percebida como um fator que impacta negativamente na intersetorialidade e na implementação de políticas públicas, evidenciando a necessidade de uma gestão eficaz e responsável para superar esses desafios.

A cultura de especialistas e a falta de uma abordagem coletiva também são apontadas como obstáculos para a execução de um trabalho intersetorial eficaz, destacando a importância de uma mudança de mentalidade e práticas para promover uma integração mais efetiva entre os setores.

As particularidades de cada município nos setores da educação, saúde e assistência social são reconhecidas como possíveis impeditivos para a intersetorialidade e a efetivação das políticas públicas, ressaltando a necessidade de considerar as especificidades locais na promoção da colaboração entre os diferentes setores.

Esse resultado sugere um consenso entre os respondentes sobre a importância da intersetorialidade como uma estratégia fundamental para promover o desenvolvimento regional. A concordância generalizada com as afirmações apresentadas indica um reconhecimento dos benefícios potenciais da colaboração entre diferentes setores na implementação de políticas públicas integradas e eficazes.

Nascimento (2010) em seus estudos destaca que a intersetorialidade pode ser de diferentes modelos, entre eles, um modelo descendente fará com que os diferentes setores/atores atuem para atendimento de uma meta, um objetivo, mas isso não significa que posteriormente a essa ação não haja um momento de reflexão sobre aquela demanda, se atendida ou não.

Para que haja o desenvolvimento regional, é necessária a participação da sociedade local no planejamento e ocupação dos espaços, bem como na distribuição dos benefícios do crescimento. É um processo complexo que abrange mudanças econômicas, políticas e sociais, com foco nas necessidades humanas. O crescimento econômico deve ser transformado para atender às diversas necessidades das pessoas, como saúde, educação, habitação, transporte e lazer. Compreender o conceito de desenvolvimento é essencial para elaborar e implementar planos para o desenvolvimento regional (Oliveira, 2002).

Em geral, esses resultados sugerem que há uma necessidade de fortalecer a interação entre os diferentes atores responsáveis pela implementação das políticas públicas na região do Planalto Norte Catarinense. Melhorias nesse sentido podem promover uma colaboração mais eficaz, coordenação e sinergia entre os diversos setores envolvidos na prestação de serviços públicos e no desenvolvimento das comunidades locais.

Considerações finais.

O estudo investigou os fatores que interferem na articulação do trabalho intersetorial entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social nos municípios do Planalto Norte Catarinense. Os resultados identificaram desafios como a sobrecarga de trabalho, falta de tempo para interações e a compreensão limitada do conceito de intersetorialidade. A falta de alinhamento de prioridades e objetivos entre as secretarias, a ausência de instrumentais técnicos adequados e a rotatividade de cargos de chefias também representam obstáculos para a colaboração efetiva. É necessário investir em capacitação, promover uma cultura de trabalho colaborativa e garantir a estabilidade de lideranças para fortalecer a integração das políticas públicas e o desenvolvimento regional.

A falta de recursos financeiros e humanos adequados representa um desafio significativo para a implementação efetiva da intersetorialidade nos municípios do Planalto Norte Catarinense. A escassez de recursos compromete a continuidade e alcance das iniciativas. Além disso, a falta de capacitação dos profissionais também é um obstáculo, dificultando a compreensão e articulação de ações conjuntas. Para superar esses desafios, é necessário investir em capacitação, promover parcerias e melhorar a comunicação entre as secretarias. A intersetorialidade é fundamental para promover um desenvolvimento regional mais sustentável e inclusivo.

Referências

AMPLANORTE – Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense. *Amplanorte em números.* Mafra: Amplanorte, 2018.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social***.** Brasília: Senado Federal, 2004.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Lei Orgânica da Assistência Social.* Brasília: Senado Federal, 1993.

FECHNER, Karen Lili. *Intersetorialidade entre educação, saúde e assistência social:*limites e possibilidades nos municípios do Planalto Norte Catarinense. Orientador: Argos Gumbowsky. 2024. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado, Canoinhas, 2024.

FISCHER, Tânia. *Gestão do desenvolvimento e poderes locais:* marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

GIANEZINI, Kelly; *et al*. Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. *Revista de Políticas Públicas,* v.21, n.2, p.1065-1084, 2017.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Articulações entre os serviços públicos e o cidadão. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., 2005, Santiago, Chile. *Anais* **[…].** Santiago: CLAD, 2005.

JUNQUEIRA Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde e Sociedade,* v.13, n.1, p.25-36, 2004a.

JUNQUEIRA Luciano A. Prates. Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade. *Organizações & Sociedade,* v.11, p.129-139, 2004b.

MANGUEIRA, Thayanne Nathanne. Intersetorialidade em saúde:algumas considerações. *Sociedade Latino Americana de Coaching,* 2016. Disponível em: <https://www.slacoaching.com.br/intersetorialidade-em-saude-algumas-consideracoes>. Acesso em: 19 nov. 2022.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, v.5, n.2, p.41-48, 2002.

SPICKER, Paul. *Social Policy:* theory and practice. 3. ed. Bristol: Policy Press, 2014.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso*. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.* Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\_pdf/03\_aatr\_pp\_papel.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis; MARCHESAN, Jairo. Planalto Norte Catarinense: algumas considerações sobre aspectos históricos, características físico-naturais e extrativismo. *DRd – Desenvolvimento Regional em Debate***,** v.6, n.2, p.51-63, 2016.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lucia; PAZ, Rosangela Dias da. Intersetorialidade nas políticas públicas. *Serviço Social e Sociedade,* n.137, p.7-13, 2020.

1. Pesquisa Financiada pelo Fundo Estadual e Apoio à Manutenção de ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUNDES) – Santa Catarina [↑](#footnote-ref-1)
2. Universidade do Contestado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Canoinhas, Brasil. E-mail: karenlili75@yahoo.com.br [↑](#footnote-ref-2)
3. Universidade do Contestado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Canoinhas, Brasil. E-mail: [argosgum@gmail.com](mailto:argosgum@gmail.com) [↑](#footnote-ref-3)